

> Projecto E-accounting distinguido

Entrega do galardão de Inovação Empresarial à ECAM, SA.



No passado dia 21 de Novembro decorreu, no Madeira Técnico, a entrega do Prémio Madeira de Inovação Empresarial à ECAM, pelo seu projecto E-accounting. Este prémio, atribuído pelo Centro de Empresas e Inovação Empresarial, visa estimular, promover e apoiar iniciativas empresariais inovadoras que se traduzem na criação e modernização de Pequenas e Médias Empresas. Com o E-accounting, a ECAM pretende estabelecer uma nova dimensão no relacionamento dos profissionais da empresa com os seus clientes, na medida em que tornará possível o acesso, num ambiente virtual, seguro e monitorizado, de informação contabilística e fiscal afecta a cada um dos seus utilizadores, mediante uma senha de acesso, auxiliando-os na gestão dos seus negócios. Esta cerimónia, contou com as intervenções de António Câmara, CEO da YDREAMS, e João Brazão, sócio fundador da Promosoft, que prenderam, com as suas apresentações, o interesse de cerca de 800 estudantes vindos de toda a Região envolvidos no programa da autoria do Centro de Empresas e Inovação da Madeira, denominado Road Show for Entrepreneurship 4.

Editorial

Eduardo Jesus

O crescimento económico, desde sempre, se caracteriza por permitir registos da evolução em ciclos e contra-ciclos. Regra geral, e de acordo com várias teorias económicas, a sucessão de cada um desses acontecimentos resulta em consequência da anterior e de outros, que mesmo não previsíveis, na normalidade, vêm condicionar a tendência no futuro.

A Região há algum tempo que tem vindo a alimentar a expectativa da mudança de paradigma, no que concerne às referências de orientação estratégica e às bases da sustentação do modelo de afirmação da tendência da economia regional.

Inevitavelmente, e fruto da alteração de condições fundamentais que suportavam o modelo até então vigente, a quebra abrupta das transferências da União Europeia e alteração inesperada da Lei da Finanças Regionais precipitam a entrada noutra ciclo.

Vários serão os ajustamentos que resultaram desta alteração. O investimento público concentrará as atenções numa primeira fase, onde as consequências não se esgotam na materialização dos mesmos mas num conjunto de repercussões de onde não escapa, o investimento privado, em reacção directa. A actividade privada é chamada a intervir de imediato. O sucesso dessa reacção não depende da vontade nem da orientação política mas sim, e fundamentalmente, da evolução do mercado, entenda-se procura.

Neste domínio surge a necessidade de cativar procura externa, via exportações, investimento directo ou consumo interno por parte de não residentes aqui presentes. A promoção da Região, numa lógica integrada, de negócio, oportunidades, turismo, cultura, conhecimento, entre outros, apresenta-se vital e indispensável, pois o modelo que se segue exige eficiência de mercado e os agentes económicos, por razões de sobrevivência, não podem perder de vista essa "fatalidade".

ENTREVISTA

Domingos Abreu



BREVES

Lançamento de Livro

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Formação dos Quadros Profissionais da ECAM



OPINIÃO

Termoatlântica

PERSPECTIVA ECONÓMICA

Contas em Mandarin



> Biólogo, Director Regional do Ambiente

Domingos Abreu

A questão ambiental está cada vez mais presente na agenda mundial como uma das áreas de compromisso imediato entre os povos, de forma a garantir a sustentabilidade da vida humana no nosso planeta para as gerações vindouras. No nosso contexto regional, esta problemática tem vindo a ser, cada vez mais, reconhecida como fundamental para o desenvolvimento equilibrado da Região Autónoma da Madeira, como garante da sua atratividade como destino turístico e não só. Neste sentido, a ECAMNEWS procurou saber mais sobre esta temática, junto de Domingos Abreu, Biólogo e Director Regional do Ambiente, que nos elucidou sobre as políticas mais relevantes, levadas a cabo pela acção governativa.



> Como qualificaria a saúde ambiental da nossa Região?

Tal como para outras situações, a qualidade do ambiente deve ser aferida através de indicadores relativos aos seus principais descritores. Tal como a saúde de uma pessoa, a economia de um país ou o equilíbrio de uma empresa, o estado do ambiente de uma região deve também ser avaliado em função do estado qualitativo desses indicadores fundamentais. No caso do ambiente, os indicadores mais apropriados, entre outros, são, a qualidade do ar que respiramos, a qualidade da água que bebemos e que circula na natureza, a riqueza e conservação do nosso património natural, incluindo a biodiversidade, a produção de resíduos e a taxa de tratamento desses resíduos, o grau de contaminação de determinados meios. No caso da Região Autónoma da Madeira, e com base nos dados relativos à monitorização destes indicadores, podemos dizer que desfrutamos de um bom ambiente. De facto, o ar que respiramos e a água que consumimos são de elevada qualidade. O património natural caracteriza-se por uma elevada diversidade biológica, em espécies e ecossistemas, com um carácter endémico e em bom estado de conservação. Ao nível dos resíduos, e apesar de sermos uma região de elevada produção, pelo facto de importarmos quase tudo o que consumimos, os equipamentos e sistemas de gestão de resíduos sólidos urbanos estão a dar uma resposta muito interessante, mesmo muito acima da média nacional, o que se deve, também, a uma forte participação da população, a qual demonstra estar consciente e disponível para desempenhar o seu papel a este nível. Igualmente no que respeita ao tratamento das águas residuais a RAM dispõe de uma boa taxa de cobertura, estando a muito curto prazo finalizada essa importante infra-estruturação ambiental.

Contudo, importa referir que a realidade insular, a orografia, a elevada densidade populacional e a fragilidade dos sistemas naturais merecem uma permanente atenção já que, muitas vezes, uma pequena intervenção que noutra local ou região não traria quaisquer impactos ambientais negativos, na Madeira, assume uma dimensão significativa. Daí ser de sublinhar a relevância dos sistemas de gestão ambiental e da respectiva monitorização que a RAM conseguiu implementar na sequência de uma fase anterior do seu desenvolvimento mais orientada para as infraestruturas e equipamentos sociais. Isto quer

dizer que a qualidade do ambiente no futuro vai depender sobretudo da capacidade de bem gerir todas as interacções entre as actividades humanas e os seus impactos sobre os recursos naturais e o ambiente de um modo geral,

> As alterações climáticas terão influência na vida da RAM?

As alterações climáticas vão ter impactos directos sobre diferentes sectores da vida socio-económica da RAM. Em particular os seus impactos vão incidir sobre a água, a agricultura, a saúde humana, o turismo, a energia, a biodiversidade e a floresta. Alguns impactos têm um carácter negativo, como por exemplo a diminuição da pluviosidade, o aumento da intensidade das chuvas, ou o aumento da probabilidade de alguns vectores de doenças de origem mais tropical beneficiarem de condições mais favoráveis para o seu estabelecimento na RAM. Há também impactos positivos esperados, nomeadamente o alargamento em altitude das áreas com vocação agrícola, ou no turismo com o aumento do período das temporadas de clima mais ameno.

Importa salientar que não dependerá da vontade dos madeirenses a alteração das tendências relativas à mudança climática global. Mas é nossa responsabilidade participar no esforço global de mitigação e, a nível local, estabelecer os mecanismos de adaptação necessários face aos cenários esperados. Uma vez mais, uma governação ambiental assente num sólido conhecimento das variáveis em jogo, em programas e acções sustentadas tecnicamente e motivadoras de uma participação alargada de toda a sociedade, será um requisito fundamental para o sucesso face à realidade das alterações climáticas.

> E sobre o tecido empresarial?

O tecido empresarial é, sem qualquer dúvida, um actor central do desenvolvimento regional. Assim sendo, a sustentabilidade desse desenvolvimento dependerá em muito da performance que o tecido empresarial conseguir atingir. No quadro das alterações climáticas, prevêem-se impactos directos e indirectos sobre o tecido empresarial cuja abordagem não pode ser negligenciada. Aliás essa abordagem deve ser realizada de forma pró-activa, no meu entender, integrada como elemento central da estratégia e organização de cada empresa. Isto por duas razões essenciais. Em primeiro lugar

por uma razão organizacional. As alterações climáticas implicarão, mais tarde ou mais cedo, custos acrescidos em termos dos usos da energia, da água e dos resíduos, isto só para dar exemplos de percepção imediata. Nenhuma área de negócio conseguirá escapar à necessidade de racionalização dos seus esquemas produtivos e, conseqüentemente uma organização mais eficiente e otimizada relativamente aos consumos energéticos, de matérias prima, de água e da produção de resíduos, terá vantagens e diminuirá os seus custos de funcionamento.

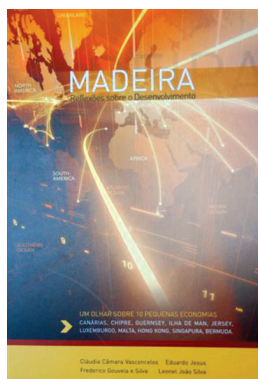
Em segundo lugar, este cenário de mudança constitui também uma oportunidade para inovar e, eventualmente, até investir nos negócios emergentes relacionados com as alterações climáticas. Desde os negócios de natureza bolsista, como os ligados ao Fundo do Carbono, até à prestação de serviços e fornecimento de bens induzidos pelas mudanças impostas pelas alterações climáticas. Estão já a surgir novas áreas e novos mercados com muito interesse para o tecido empresarial.

> Que recomendações deixaria às empresas e aos empresários?

Não se trata propriamente de um conselho, uma vez que não me reconheço com capacidade para orientar os empresários madeirenses. Antes, emitiria uma opinião que entendo fundamental, seja qual for a área em que uma actividade socio-económica se inscreva. Trata-se da aposta permanente na qualificação dos nossos recursos humanos, uma vez que estes são o maior recurso das empresas. Com base neste investimento, talvez fosse possível realizar um alinhamento integral da perspectiva ambiental nas empresas, conferindo-lhes, não só, a base de resposta às imposições legais e funcionais que lhes são inerentes em função da sua área de negócio mas, também, a capacidade de promover a incorporação de uma perspectiva de sustentabilidade. Por definição, o pensamento e prática ambiental assenta de forma profunda em alicerces de sustentabilidade. Fá-lo também com base na análise interna e externa e é capaz de estruturar uma acção que no dia a dia dê expressão concreta aos desafios da sustentabilidade. E sustentabilidade, ao nível empresarial, não é mais do que produtividade e competitividade permanentes a médio e longo prazo. Finalmente, dizer que uma sociedade com empresas sustentáveis é inevitavelmente uma sociedade sustentável.

Lançamento de Livro

No passado dia 25 de Novembro, decorreu no auditório FNAC, Madeira Shopping, a apresentação do livro "Madeira – Reflexões sobre o desenvolvimento – Um olhar sobre 10 pequenas economias", tendo os autores Cláudia Vasconcelos, Eduardo Jesus, Frederico Silva e Leonel Silva elucidado os presentes sobre a materialidade da obra relativamente ao estudo de realidades económicas de diversos contextos, nomeadamente Canárias, Chipre, Guernsey, Ilha de Man, Jersey, Luxemburgo, Malta, Hong-Kong, Singapura, Bermuda e da Região Autónoma da Madeira.



FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Formação dos Quadros Profissionais da ECAM

Os profissionais da ECAM assistiram, no passado dia 30 de Outubro, a mais uma sessão de formação promovida pela APOTEC, Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade, subordinada ao tema do processo de conclusão de contas de 2006, cuja apresentação foi da responsabilidade do Dr. José Araújo, fiscalista e formador da referida associação.

Em Novembro, tiveram oportunidade de frequentar um inédito curso de formação intensiva na área do Imposto sobre o Valor Acrescentado, ministrado pela Dr.ª Clotilde Celorico de Palma e Dra. Cidália Lança, versando as temáticas da localização das operações, isenções, exercício do direito à dedução e a facturação.

Também durante o mês de Novembro, realizou-se nos escritórios da ECAM, mais uma sessão de esclarecimentos, protagonizada pelo Dr. Alves da Silva, onde se discutiu as recentes actualizações ao normativo legal vigente, especialmente nas áreas fiscais de IRC e IRS.

OPINIÃO



A Termoatlântica – Projectos e Instalações Electro-mecânicas, Lda. é uma sociedade por quotas que desde a sua fundação em 1987 desenvolve a sua actividade na área das Instalações Especiais e Soluções de Engenharia nomeadamente nos Sistemas de Climatização, Ar Condicionado, Ventilação, Aquecimento, Energia Solar, Centrais Térmicas, Piscinas, Sistemas de comando de controle e gestão.

Celebra este ano o seu vigésimo aniversário, efeméride esta, que a ECAM está estreitamente

associada, pois faz parte dos parceiros que têm permitido à Termoatlântica um desenvolvimento e crescimento sustentado ao longo de quase duas décadas de existência. A ECAM presta um serviço de assessoria na área da contabilidade e fiscalidade à Termoatlântica desde 1994, tendo, desde sempre, revelado um elevado grau de profissionalismo e de acompanhamento, face aos permanentes desafios e mudanças registados nos últimos anos.

O diálogo existente entre os colaboradores das duas empresas foi sempre eficaz, permitindo uma optimização de recursos na resolução dos assuntos. A monitorização e análise sistemática dos dados contabilísticos têm sido um factor de

diferenciação que nos tem permitido alcançar os objectivos e cumprimentos legais.

Só com um forte investimento na formação e informação dos colaboradores podemos obter desempenhos que satisfaçam os clientes. Nesse aspecto, a ECAM está um passo à frente, face à concorrência, uma vez que dispõe de uma equipa de trabalho altamente motivada.

Competência, profissionalismo, rigor, capacidade de reacção aos novos desafios são alguns dos atributos que nos levam a depositar toda a confiança no trabalho desenvolvido por esta empresa que assenta a sua estrutura num sólido patamar que é a família.

> Contas em Mandarin:

O último desafio chinês rumo à globalização



Sérgio Jesus

A separação entre a verdade e a propaganda sempre foi um exercício exigente na República Popular da China. A questão fica ainda mais gritante quando se trata da fidedignidade de números contabilísticos. A este facto, não será alheia a perseguição que os “profissionais das contas” sofreram em plena revolução cultural Maoísta, tendo sido obrigados a reduzir a sua actividade de forma, a cumprir unicamente com os desígnios de quotas de produção, eliminando qualquer referência a custos, dívida, amortizações e claro está, ao lucro obtido.

Situações graves, requerem medidas drásticas, pelo que, em Novembro de 2005, o Ministério das Finanças Chinês decretou que as cerca de 1200 companhias listadas nas bolsas de Shanghai e Shenzhen deveriam adoptar, com algumas ressalvas, as rígidas normas IFRS (Internacional Financial Reporting Standards), o que para um aluno analfabeto nestas matérias, começar pela faculdade, poderá resultar em pouco mais do que uma operação de charme para convencer o investimento privado estrangeiro.

Facilmente se verifica que a economia chinesa apresenta uma progressão assinalável, o problema coloca-se em aferir quanto à performance das empresas que fazem parte deste colosso, sendo esse exercício, tão ou mais difícil, do que tentar compreender o mandarim, já que existe uma aparente diversidade de “contas”: umas para as instâncias governamentais, outras para o investimento estrangeiro e outras para consumo da gestão.

Com esta abordagem, pretende-se criar uma nova dimensão do conhecimento das companhias chinesas, permitindo a sua internacionalização com base em fusões e joint-ventures, assegurando um acordo justo com os parceiros estrangeiros, bem como, acredita-se que processos contabilísticos mais transparentes sejam benéficos para um rumo mais directo à democracia, deixando-se a descoberto o real peso do Estado na economia que possui uma participação em quase todas as companhias a laborar, fazendo uso da mesma para influenciar a sua gestão, com vista a cumprir com interesses laborais à custa de processos menos eficientes.

Contudo, a herança socio-política chinesa não comporta conceitos tidos como basilares para as IFRS. Por exemplo, preços de mercado de referência, de forma a aferir quanto ao justo valor dos activos, sejam tangíveis, ou de propriedade intelectual e marcas. Estes não são conhecidos, uma vez que nunca houve, até agora, essa evidência. O anúncio da adopção dessas normas causou enorme surpresa, pela sua ambição, e choque pelas hipóteses de sucesso, uma vez que existem casos com muito mais tarimba nestes domínios, como o sul coreano e o tailandês, que insistem na dúvida em adoptar as IFRS.

Curiosamente, outro dos desafios em cumprir com este objectivo de harmonização prende-se com os poucos recursos humanos em matéria de profissionais da classe. Acredita-se que deverão existir cerca de 70.000 profissionais da contabilidade na China que deverão estar a assegurar o trabalho de 500.000, criando uma inevitável corrida a estas competências, quer a nível interno quer mesmo internacionalmente, já mecanizadas nestas novas exigências, o que demonstra a complexidade da operação, acolhida com o mesmo vigor que o compromisso de acolher as Olimpíadas, fazendo desta última, uma tarefa muito mais exequível do que a primeira.



DISTINÇÃO PME MADEIRA 2001



DISTINÇÃO PME MADEIRA 2003



DISTINÇÃO PME MADEIRA 2004



ficha técnica

propriedade
ECAM – Empresa de Consultoria e Assessoria Empresarial da Madeira, SA

contactos
Avenida Arriaga, 42-B 2º andar, n.º 5
9000-064 Funchal - Madeira - Portugal
Tel: +351 291 204 660
Fax: +351 291 204 677
E-mail: geral@ecam.pt
www.ecam.pt

editor
Eduardo Jesus

projecto gráfico
ALS Design

impressão
Funxo, Lda

tiragem
1000 exemplares

periodicidade
Trimestral